

ÍNDICE

PREFÁCIO	7
PARTE I – LEGITIMIDADE E NECESSIDADE DA INTERVENÇÃO PENAL NO DOMÍNIO ECONÓMICO	11
1. Introdução	11
2. Cenário da política criminal económica	15
3. Génese e desenvolvimento do direito penal económico	20
4. Direito penal económico: é legítimo? é necessário?	24
5. Fundamento e sentido da aplicação de penas de prisão e de multa	30
PARTE II – A AUTORREGULAÇÃO REGULADA. <i>CORPORATE GOVERNANCE</i> E <i>COMPLIANCE</i>	45
1. Introdução	45
2. <i>Corporate Governance</i>	50
3. Programas de <i>Compliance</i>	56
4. Programas de <i>Compliance</i> e Direito Penal	63
4.1. <i>Compliance</i> e Responsabilidade Penal das Pessoas Coletivas	65
4.2. <i>Compliance</i> e Responsabilidade Penal de Administradores, Administradores de <i>Compliance</i> e Empregados	70
PARTE III – EUROPEIZAÇÃO DO DIREITO PENAL ECONÓMICO	75
1. Introdução	75
2. O abuso de mercado	81

2.1. O caminho da intervenção penal europeia	81
2.2. O critério da necessidade da intervenção penal europeia	87
2.3. A criminalização do abuso de mercado ao nível europeu	95
3. O branqueamento	101
3.1. O quadro internacional e da União Europeia de prevenção e punição do branqueamento	102
3.2. Sentido político-criminal da criminalização do branqueamento ao nível internacional e europeu – evolução e interesses protegidos	110
3.3. Uma harmonização penal fraca: direito português, da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) e brasileiro	122
3.4. O sistema de prevenção do branqueamento no direito português (a Lei nº 83/2017, de 18 de Agosto)	128
3.4.1. Programas de <i>compliance</i> e administrador de <i>compliance</i> (CCO)	129
3.4.2. Deveres de <i>compliance</i>	133
3.3.4. O risco e a suspeita de branqueamento	138